



---

Canal Energia – 22/07/2003

## **Setor precisa gerar receita para garantir investimento na expansão, diz CBIEE**

Para Cláudio Sales, novo modelo só será viável se o setor for capaz de gerar recursos para cobrir custos de operação e manutenção e remunerar os investidores

**Júlio Santos, Mercado Livre**

22/07/2003

A proposta do novo modelo do setor de basear a expansão do sistema nos contratos de longo prazo firmados entre geradoras e distribuidoras no ambiente do pool foi criticada nesta terça-feira, dia 22 de julho, pelo presidente da CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica), Cláudio Sales. Para o executivo, qualquer novo modelo só será viável se o setor for capaz de gerar receita suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção e remunerar os investidores.

"Hoje, o que se vê é uma realidade bem diferente para as distribuidoras, como mostram os prejuízos registrados pelas empresas, como herança do passado", comentou o presidente da CBIEE, entidade que reúne 15 grupos investidores nacionais e internacionais, após fazer uma primeira leitura da proposta de modelo setorial apresentada pelo Ministério de Minas e Energia, na última segunda-feira, dia 21 de julho.

Para Sales, com a situação financeira atual, as distribuidoras não têm condições de fazer contratos de longo prazo, de 20 anos, como estabelece o novo modelo, dando recebíveis como garantia de cumprimento dos contratos.

"Com a instabilidade regulatória e a realidade econômica das empresas, é difícil prever se isso pode acontecer ao longo de tantos anos. É difícil que as distribuidoras assumam os contratos por tanto tempo", observa.

Outra ponto alegado pelo executivo diz respeito à dificuldade que as empresas enfrentam, atualmente, para obter financiamento bancário. Segundo ele, hoje os bancos reduziram muito o nível de liberações para as distribuidoras.

Além dos contratos de longo prazo entre geradores e distribuidores, o novo modelo quer basear a expansão do sistema na formação de um fundo de financiamento. Segundo o documento divulgado, o governo pode "vender ações de empresas estatais e emitir debêntures, com a aplicação de recursos de fundos de pensão privados e até mesmo o FGTS e do FAT" para capitalizar as empresas de geração e transmissão.